

COMO CONTAM OS NARRADORES: ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM NARRATIVAS DA AGÊNCIA PÚBLICA¹

166

Karolina de Almeida Calado²
Heitor Costa Lima da Rocha³

Resumo: O presente artigo objetiva compreender as estratégias narrativas utilizadas pelos repórteres para conduzir o leitor a determinado efeito de sentido. Tal intuito deve ser observado de forma sempre situada em um contexto, referenciando a sua específica ordem de discurso. Para tanto, como objeto, escolhemos matérias sobre a temática “Criança e água” da Agência Pública de Jornalismo Investigativo que foram contempladas pelo projeto de financiamento coletivo. Na análise deste objeto empírico, recorreremos ao modelo pragmático proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), bem como às reflexões de Habermas (1997) sobre os condicionamentos ideológicos exercidos em relação à produção jornalística. Foram observadas, portanto, várias táticas dos narradores para esconder a mediação e outras pistas subjetivas utilizadas para desenvolver o jogo dramático e assim sensibilizar a audiência.

Palavras-chave: Narradores. Financiamento coletivo. Estratégias narrativas. Análise pragmática.

AS THE NARRATORS TELL US: ARGUMENTATIVE STRATEGIES IN NARRATIVES OF THE AGÊNCIA PÚBLICA

Abstract: The present article aims to understand the narrative strategies used by the reporters to lead the reader to a certain effect of meaning. Such an intention must be observed in an always situated context, referring to its specific order of discourse. Therefore, as an object, we chose material on the theme "Child and water" from the Public Agency of Investigative Journalism that were contemplated by the collective financing project. In the analysis of this empirical object, we use the pragmatic model proposed by Luiz Gonzaga Motta (2013), as well as the reflections of Habermas (1997)

¹Versão atualizada do trabalho apresentado no DT 8 Estudos Interdisciplinares da Comunicação no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Dotoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco, com bolsa da Capes. karolinacalado@gmail.com

³Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. hclrocha@gmail.com

on the ideological conditioning exerted in relation to journalistic production. Thus, several narrator tactics were observed to hide the mediation and other subjective clues used to develop the dramatic play and thus sensitize the audience.

Keywords: Storytellers. Collective financing. Narrative strategies. Pragmatic analysis.

1. Introdução

A discussão sobre até aonde vai um locutor para persuadir seu interlocutor não é recente. Em seu livro “Poética”, Aristóteles já apresentava em 335 A.C. tal preocupação conforme aborda Luiz Gonzaga Motta (2013). No âmbito jornalístico, mais atual, portanto, surgiram várias escolas no século passado que investiram em pesquisas para entender o processo comunicativo da indústria cultural, da persuasão dos grandes meios sobre os indivíduos ou mesmo do silêncio das pessoas em meio à multidão. Nessa perspectiva, ao buscar respostas nas estratégias da comunicação narrativa para ampliar o debate contemporâneo, Motta desenvolveu uma metodologia de análise das narrativas jornalísticas a partir da pragmática, resultando em contribuição para o aprimoramento dos estudos epistemológicos dessa área.

No estudo presente, cujo objeto são as narrativas jornalísticas financiadas pela lógica *crowdfunding*⁴, fizemos uso do modelo de análise pragmática de Motta, conforme se observará mais adiante. Assim, coletamos todas as reportagens referentes à temática “Criança e água”, no site da Agência Pública, ao todo, são oito matérias que abordam as diversas realidades das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, a exemplo de: o racionamento de água nas escolas de São Paulo; a escassez de água e o exagerado uso do cloro no Ceará; a falta de saneamento básico na Ilha dos Marinheiros, em Porto Alegre; o cuidado com o rio São Francisco pelas comunidades que moram na sua

4 Modelo de financiamento coletivo que objetiva angariar fundos para a realização de um projeto. Neste, as pessoas são estimuladas a doar uma quantia de dinheiro e, em troca, recebem uma recompensa previamente estabelecida.

margem *versus* os projetos de irrigação e a falta de demarcação de terra; o desengano de pessoas que viram suas comunidades sendo devastadas por conta da construção desordenada de hidrelétricas e o alto preço das tarifas de água somado ao uso exagerado do cloro na região Norte.

Além de criar projetos jornalísticos almejando financiamento através de sua audiência, a Agência Pública lança editais a fim de distribuir bolsas para os repórteres selecionados executarem determinadas pautas. Também possui um conselho editorial composto por todas as pessoas que doam ao veículo. Tal conselho é convocado a votar nas pautas a serem investigadas, o que diz muito sobre a forma democrática como se envolve com o repórter e com o seu público.

Após leitura das reportagens acima citadas, procuramos analisar e esquematizar todos os traços marcantes do narrador no texto, a fim de mapear suas pistas estratégicas para produzir no leitor um determinado efeito de sentido, já que se questiona, nesse trabalho, quais táticas de convencimento são utilizadas nas narrativas jornalísticas, seja consciente ou inconsciente, para conduzir o leitor ao sentido desejado.

Procuramos

ainda destacar: os dêiticos espaço-temporais⁵ que funcionam como âncoras das

narrativas; as figuras de linguagem; as personagens envolvidas, e suas falas; os dados utilizados; a narração em primeira pessoa do singular ou do plural e traços subjetivos. Ressaltamos que esse texto foi apresentado no XVIII Congresso Regional de Ciências da Comunicação do Nordeste – Intercom. Durante a apresentação, iniciamos um debate em torno dos ideais positivistas que permeiam o jornalismo ainda nos dias atuais: a crença de ser espelho da realidade e toda a construção discursiva em torno da legitimidade de dados e de fontes, bem como, a compreensão do jornalista como porta-voz da verdade. Os resultados da análise aqui proposta apontam que, apesar da

5 Segundo Luiz Gonzaga Motta, os dêiticos são usados para situar o enunciado no momento e no lugar. O tempo todo os jornalistas fazem referências à situação espaço-temporal de determinado contexto. O “quando” e “onde” são ainda extremamente utilizados na prática diária do jornalismo.

quantidade de recursos utilizados para comprovar a “verdade” dos fatos, o narrador-jornalista faz escolhas pessoais, deixando transparecer sua subjetividade. A notícia é sempre uma versão dos fatos dentre tantas outras possíveis e há sempre uma intenção por trás daqueles que compõem a narrativa; seja fonte, personagem, dono do veículo ou o narrador-jornalista, a esse, por sua vez, cabe a responsabilidade de escolher o tipo de fala que considera relevante, a hierarquia de personagens que deseja apresentar, a versão da história que deseja dar relevância. Consideramos esses elementos suficientes para dizer que a mídia contribui com a construção social da realidade e direciona o leitor aos sentidos que deseja, embora a esse pertença a decisão final de assimilar o que está posto.

Por fim, perceber as narrativas jornalísticas como resultado de enquadramentos de práticas criadas socialmente, na ação comunicativa, ilustrando a força do poder simbólico, da hierarquização das personagens ou dos argumentos a partir do capital social é também uma das propostas apresentadas neste trabalho (HABERMAS, 1997; CASTELLS, 2000, 2009; BOURDIEU, 2003 e SÁDABA, 2001). Essa discussão, por sua vez, será desenvolvida mais adiante na fundamentação teórica.

2. As narrativas na internet: enquadramentos, financiamentos e públicos

A Rede Mundial de Computadores tem sido um meio utilizado por veículos de comunicação para levar conteúdo diferenciado para vários públicos e ainda intensificar sua própria audiência, tais evidências são observadas na rádio e na televisão. Na internet, as narrativas jornalísticas se diferenciam das demais por conta da maior possibilidade de interatividade e instantaneidade, além do mais, por novas e diversas atuações dos atores sociais nesse espaço. No entanto, nem todos os usuários possuem a mesma visibilidade, a mesma popularidade, a mesma audiência, ao contrário da impressão de igualdade que se previa, inicialmente, quando se vislumbrava que a rede

significaria uma comunicação de todos para todos. Todavia, o indivíduo ou o conteúdo que se torna interessante para o público pode ser difundido para bilhões de pessoas em todo o planeta. Porém, o que é relevante em meio a tanta informação? Como os meios decidem o que tornar notícia? Questões ideológicas podem ser uma das respostas, atender ao que almeja a audiência pode ser outra resposta e, ainda, é possível responder que o enquadramento, inerente a todo ser humano, possibilita a determinados conteúdos aparecerem de modo muito peculiar.

Tereza Sádaba (2001) enfatiza que as possibilidades de enquadramento não estão apenas nos repórteres construtores da notícia, mas em todos os indivíduos, sendo, inclusive, necessário para compreensão de qualquer ideia. No entanto, a autora afirma que o repórter consegue repassar uma informação de modo mais inteligível. Semelhante ponto de vista se encontra em Berger e Lukmann (1995) a partir da associação das tipificações e do senso comum de Schutz, quando as pessoas também possuem capacidade intersubjetiva de tipificar, enquadrar e colaborar na construção social da realidade.

O que se defende é que mesmo que o indivíduo seja direcionado pelo produtor da notícia, com diferentes interesses dos narradores conforme Motta (2013) ressalta, mesmo ocupando diferentes espaços na internet ou no âmbito da sociabilidade a partir de diferentes capitais sociais, é o indivíduo que interpreta, que finaliza a compreensão da narrativa a partir de sua cognição (MOTTA, 2013; CASTELLS, 2009).

2.2 Financiamento coletivo

As novas formas de financiamento e o empreendedorismo no jornalismo crescem em paralelo com a série de demissões degradantes em grandes veículos como Folha de São Paulo, Abril, Diário Catarinense, Época, entre outros. Marcela Donini (2014) acrescenta que esses veículos não sabem como gerar receita no meio digital, já

que esta fica na publicidade de empresas de tecnologia, como Google.

Por conta dessas novas possibilidades de financiar produções jornalísticas diversas, temos visto despontar uma chance de se desenvolver um bom jornalismo independente, sem que a publicidade possa atrapalhar o desfecho do enredo em si, pois não se depende da iniciativa privada.

Em prefácio do livro “A vaquinha não foi pro brejo” (DONINI, 2014), Marcelo Trasël contextualiza sua fala com as primeiras iniciativas do financiamento coletivo, especificamente exemplifica o caso do repórter que conseguiu cobrir a Guerra do Iraque a partir da colaboração em dinheiro por parte do público:

Se a convergência digital e a internet tiraram do jornalismo sua principal fonte de receitas, também colocaram os meios de produção da notícia nas mãos dos proletários das redações. Em 2003, o repórter free-lance Chris Albritton levantou 15 mil dólares entre os leitores de seu blog *back to Iraq*, com a promessa de usar o dinheiro para realizar uma cobertura independente da guerra no Iraque. (DONINI, 2014, p. 4-5)

Segundo Donini (2014), há uma diferença entre *crowdfunding* e financiamento coletivo. O primeiro sugere alguma recompensa para quem doou; e o segundo, não. Porém, ela argumenta que quem doa não está interessado na gratificação, mas na causa em si. Portanto, em sentido de comunidade, cada proposta reúne pessoas em prol de um projeto.

2.3 As narrativas financiadas pelo público e a discussão sobre a esfera pública de Habermas

A grande mídia noticiosa geralmente contempla, quase de forma exclusiva, os sentidos produzidos pela estrutura de poder, contribuindo de forma decisiva para a crise estrutural de sentido (BERGER; LUCKMANN, 2004), o que resulta em consequências anômicas para a coesão social e o agravamento dos potenciais de conflito, além da violência na vida social. Tudo isso a despeito de sua autocompreensão normativa, na

qual a mídia deve agir sempre em consonância com as galerias da opinião pública.

Enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (HABERMAS, 1997, p. 114)

No entanto, a tendência predominante desta comunicação sistematicamente distorcida, imposta verticalmente de cima para baixo, pode em situações especiais ser alterada para contemplar as demandas da sociedade civil, dos indivíduos e dos movimentos sociais da periferia por mais sentido e legitimidade na ordem institucional, o que constitui um argumento contundente contra o ceticismo das visões deterministas.

Nas esferas públicas políticas, mesmo nas que foram mais ou menos absorvidas pelo poder, as relações de forças modificam-se tão logo a percepção de problemas sociais relevantes suscita uma consciência de crise na periferia. E se nesse momento atores da sociedade civil se reunirem, formulando um tema correspondente e o propagarem na esfera pública, sua iniciativa pode ter sucesso porque a mobilização endógena da esfera pública coloca em movimento uma lei, normalmente latente, inscrita na estrutura interna de qualquer esfera pública e sempre presente na autocompreensão normativa dos meios de comunicação de massa, segundo a qual os que estão jogando na arena devem a sua influência ao assentimento da galeria. (HABERMAS, 1997, p. 116)

Quando o mundo da vida racionalizado favorece a formação de uma esfera pública inclusiva e democrática, com forte apoio em uma sociedade civil, é possível perceber algo que o ceticismo não vê e as posições autoritárias se empenham em tentar esconder: “a autoridade do público que toma posição e se fortalece no decorrer das controvérsias públicas” (HABERMAS, 1997, p. 116). Para consecução desta auspiciosa situação progressista, a produção do webjornalismo pode se revestir de uma expressiva força contrafactual à situação de manipulação alienante promovida pela mídia noticiosa

convencional e dos grandes portais.

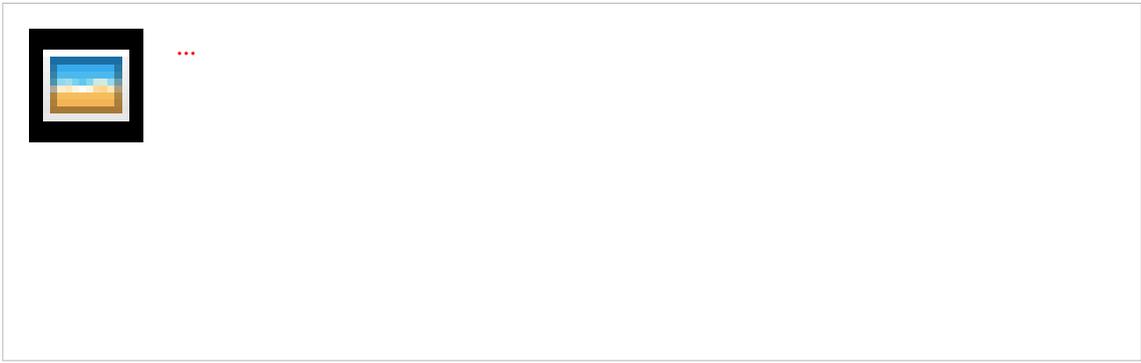
Nesse sentido, diferentemente do jornalismo feito pela grande mídia, manipulado por pressões comerciais e políticas desde o século XIX (HABERMAS, 1984), o compromisso das novas narrativas situadas em uma esfera pública mais democrática e cuja receita é oriunda do público interessado no projeto ou na temática, demonstra ser centrado na discussão estimulada pelo coletivo. Sendo esse um jornalismo de interesse público, diferentemente de ser de interesse do público (DONINI, 2014).

Donini (2014) argumenta que alguns temas omitidos pela grande imprensa encontram espaço nas plataformas de financiamento coletivo relacionadas ao jornalismo: “ou seja, iniciativas de *crowdfunding* podem pluralizar a temática de reportagens jornalísticas; mais do que substituir o jornalismo que se faz hoje, essas iniciativas contribuem para uma sociedade mais democrática” (DOMINI, 2014, p. 26-27).

Ao encontro dessa discussão, Habermas (1984) teoriza a fundamental colaboração do jornalismo na apresentação de temas que merecem ser debatidos no espaço público, a fim de que se possa provocar alguma mudança social ou contribuir com a sociedade civil na construção da opinião pública.

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los, e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 1997, p. 91)

A discussão pública e aberta pode levar a uma tematização, sensibilidade política para que algumas providências sejam tomadas por parte dos governantes. A esfera pública, conceituada por Habermas (1997), é definida como: “uma rede
Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 166-187, jul-dez. 2017



adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões

públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

O diálogo entre a sociedade civil e a imprensa pode pautar diversas demandas do público, muitas vezes perdidas entre as várias questões desarticuladas na internet. A rede mundial de computadores só se torna um espaço rico de debate quando usada de forma séria e democrática, assim sendo, é um oportuno espaço para a prática jornalística: “a esperança para uma comunicação democratizada e um espaço público participativo está cada vez mais no avanço da inclusão digital e nos blogs, sítios de relacionamento, redes sociais virtuais, twitter e sítios de informação e entretenimento” (LIMA, 2010, p. 139).

3. Aspectos metodológicos

Conforme ressaltado anteriormente, a análise aqui desenvolvida se deu a partir do modelo proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013). O autor orienta que é possível observar na narrativa pelo menos sete movimentos envolvendo a intriga, a lógica do paradigma narrativo, os episódios, o conflito dramático, a personagem, as estratégias argumentativas e a metanarrativa (pano de fundo, a fábula, a moral da história ou a discussão ética). Abordamos nesse trabalho, especificamente, o movimento das estratégias argumentativas.

Das reportagens financiadas pelo coletivo, selecionamos oito delas, publicadas nos meses de julho, agosto, setembro e novembro de 2015. Após leitura e releitura das mesmas, procuramos esquematizar as citações das fontes que se tornaram personagem, além de personagens envolvidas diretamente na narrativa, já que “ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade, por que o leitor supõe que elas produzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar” (MOTTA, 2013, p. 201-202).

Destacamos os dados numéricos, nomes de instituições, entre outros. Uma vez que “a *identificação sistemática* de lugares (onde) e de personagens (quem) também cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas” (MOTTA, 2013, p. 202). Necessário também foi perceber as figuras de linguagem utilizadas e em que pessoa falava o narrador. Os detalhes serão desenvolvidos no próximo tópico.

4. Descrição dos objetos

4.1 “A agonia de Salto da Divisa”

Em virtude do espaço, haverá neste momento do trabalho a seleção dos pontos mais importantes observados. A primeira reportagem da série sobre criança e água tem como título “A agonia de Salto da Divisa”. Esse texto relata o sofrimento de famílias que dependiam da água ou da terra como meio de sobrevivência, seja na pesca, na lavagem de roupa ou na extração do barro, e tiveram suas atividades interrompidas por conta da construção de hidrelétricas.

No primeiro parágrafo do texto, tem-se uma breve descrição espaço-temporal, a qual Motta (1013, p. 202) denomina de “dêiticos” espaço-temporais, neste exemplo, destaca-se o dia em que foi feita a matéria.

2015. Numa tarde de sexta-feira de abril, na sala da sua casa em Salto da Divisa, Minas Gerais, Reinaldão relembra como, 18 anos antes, a empresa Odebrecht iniciou o levantamento para a construção da barragem da hidrelétrica de Itapebi, seguida pela Engevix Engenharia, responsável pelos estudos de impacto ambiental. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Aqui a primeira citação vem com um tom de desengano, expressada pela personagem Reinaldo Oliveira, extrator de pedra e areia. “Um pessoal da Engevix veio aqui para cadastrar as pessoas que iam ser atingidas pela barragem. Eles cadastraram

uma parte e disseram que iam voltar para cadastrar o restante depois, mas não voltaram foi nunca” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

No segundo parágrafo, a narradora em tom afirmativo incorpora os fatos como se fossem testemunhas do acontecido. Introduzindo, inclusive, adjetivos a exemplo de maior e melhor: “Os engenheiros chegaram em 1997 prometendo o progresso. As ruas seriam asfaltadas, um calçadão na beira do rio seria construído, a cidade ia ter a maior e melhor praia de água doce do país, uma pousada de alto luxo hospedaria os futuros turistas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Estrategicamente, os narradores dispõem as falas das personagens de modo a corroborar com o que tem defendido no texto. “Eles prometerem que todo mundo ia ficar rico, ia ter fazenda, ia ter área de lazer. Só que ela não cumpriu com o dever.” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Em seguida, há acusação e, logo, uma comprovação a partir de documento.

A Engevix Engenharia não registrou no EIA que a cachoeira seria alagada. “Com o enchimento do reservatório e o início da operação da usina, o cenário paisagístico local deverá ser sensivelmente modificado. A estrutura da barragem, a ampliação dos acessos ao local do eixo e o lago formado representarão novos pontos de referência cênica para a população local. Por outro lado, os trechos encachoeirados, denominados de Tombos, serão parcialmente afetados. Isto é, o nível d’água do reservatório de Itapebi irá atingir os trechos dos Tombos próximos ao mirante da prefeitura de Salto da Divisa junto à rua Clemente Martins. No entanto, as quedas d’água de maior expressão não serão afetadas”, diz o documento. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narradora faz uso de links que direcionam o leitor à proposta sancionada pelo prefeito, declarando a cachoeira do Tombo da Fumaça e adjacências como “Área Paisagística Natural Notável”. Outro traço a ser destacado é o tom irônico no texto, desta vez expressado pela palavra novela. Ao destacar que não levou muito tempo para a lei ser revogada, a narradora acrescenta:

A novela se repetiu na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em novembro de 1999, os deputados estaduais votaram a favor de outro projeto que transformava a cachoeira do Tombo da Fumaça em “patrimônio paisagístico e turístico do Estado. A alegria dos saltenses, no entanto, durou pouco. Com o lobby das empreiteiras, o parlamento mineiro também revogou a lei. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Agora em tom de convencimento, a narradora faz uso de metáfora “a morte do rio” para sensibilizar o leitor sobre a situação. “Até hoje, pescadores, lavadeiras e extratores de pedra e areia aguardam ações que possam amenizar a morte do rio que tirou o trabalho, o lazer e a alegria do povo da cidade” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Além de algumas acusações, a narradora se apropria do discurso da vítima, trazendo para o texto um tom dramático, a exemplo da frase “a barragem acabou com ofício de Reinaldão”, além do seguinte trecho:

O projeto foi apresentado à população em 1997 durante reunião pública. Estimava que 50 famílias e 240 pessoas seriam atingidas. Mas, no ano seguinte, os saltenses descobriram que o projeto havia sido alterado e que o grupo espanhol Iberdrola já estava com a Licença Prévia em mãos, concedida pelo Ibama. As mudanças previam o fim de todas as cachoeiras e ampliavam o número de atingidos para 100 famílias, ou 500 pessoas. Sem ter sido consultada, a população reagiu. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

“A arte de ignorar a natureza”

Esse texto é uma continuidade em relação à reportagem anterior. Seu início contém a descrição do momento em que aquela foi concebida. “Sentados em uma mesa da casa do extrator de pedra e areia Reinaldo Oliveira, o Reinaldão, os três contam como foi a chegada da hidrelétrica de Itapebi, em Salto da Divisa, Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). Mais uma vez, percebe-se o uso dos dêiticos para situar os leitores no contexto de realização da reportagem, o que Motta (2013) denomina de referencialidade: “na narrativa jornalística, o seu abundante uso demarca o tempo e o lugar da enunciação, situa,

referencia e confere confiabilidade” (2013, p. 202).

Vê-se também o uso de adjetivos por parte da narradora, o que explicita sua subjetividade. “Mas o que sobrou dele depois da construção da barragem, em 2003, foi um grande lago *sujo*, infestado de aguapé, planta que se espalha em águas poluídas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015, *grifo nosso*).

No segundo parágrafo do texto, há denúncias e mais investimentos por parte da narradora no sentido de formatar a *persona* da personagem Engevix. A construção do drama é feito de modo a permitir que leitores tenham acesso ao que há de mais sombrio, desenvolvendo, portanto, a *persona* do anti-herói. “A empresa que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica – que omitiu o alagamento de cachoeiras, subestimou o número de trabalhadores atingidos pela barragem e não previu a interrupção da pesca – é conhecida do público. Foi a Engevix Engenharia S.A.” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015). No quarto parágrafo, a Engevix é associada à Operação Lava Jato.

Um dos subtítulos da matéria traz outra pista que mostra a estratégia para orientar a compreensão do leitor, ao fazer uso da palavra dissimular: “O mercado de dissimular impactos ambientais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

“Exclusivo: testamos a água do maior reservatório do Ceará”

Os narradores iniciam a reportagem se colocando na primeira pessoa do plural.

Em nossa primeira parada, nos deparamos com o açude do Patu, localizado no município de Senador Pompeu, um *reservatório agonizando*, com apenas 10% da sua capacidade e uma capa de lodo sobre as águas. (...) Questionando se a água é própria para o consumo, descobrimos que não há dados públicos sobre isso. O governo se nega a publicar as análises rotineiras feitas na água. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015, *grifo nosso*)

Este é um tipo de matéria diferenciada, em que os próprios narradores contracenam na narrativa. Eles se colocam como fonte. Expressa preocupação a respeito do fato narrado e conta a sua versão da história em primeira pessoa do plural.

Por meio de uma parceria com os laboratórios de Geologia Marinha Aplicada e Microbiologia de Alimentos, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC), resolvemos tirar a prova. Levamos para análise amostras das águas dos açudes do Patu, Pedras Brancas e Castanhão – este último o maior do Estado, responsável também por abastecer a capital, Fortaleza. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

O resultado negativo é ilustrado por meio de gráfico que também procura impactar os leitores em relação aos dados.

“Nem água nem terra”

Com uma linguagem mais próxima do que denominamos de subjetividade, os narradores iniciam o texto da seguinte maneira: “As crianças encharcadas de meninice nos convidam a brincar no São Francisco, no norte de Minas Gerais” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Além da subjetividade explícita, há também a escolha das falas das personagens a serem incluídas na reportagem, que, no exemplo a seguir, trouxe dramatização ao texto. “O rio significa para mim a minha vida. Sem o rio não sou ninguém”, diz um dos personagens (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Visível também é o uso da figura de linguagem pelos narradores para se referir à relação das comunidades que moram à margem do rio São Francisco com o mesmo. “Nessas comunidades, o rio é parte da casa e da vida de cada um” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

A dramatização pode se dar por meio das personagens ou pela própria pessoa do narrador, conforme o exemplo a seguir:

Para os vazanteiros, o projeto Jaíba é sinônimo de temores. Pouco se sabe das consequências do desvio de águas de um rio em crise, do qual necessitam para sua sobrevivência. Além disso, sua atuação já deixou marcas na vida do povo das vazantes. Em sua política compensatória, o projeto significou a expulsão do seu território tradicional, quando dezenas de famílias vazanteiras tiveram de sair para que fossem criadas Unidades de Conservação. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

Ainda no “projeto dramático”, os narradores finalizam a reportagem procurando sensibilizar o leitor por meio de um questionamento sobre o futuro da consciência das crianças vazanteiras:

Será que elas, quando adultas, ainda levarão os saberes transmitidos no modo de tirar vida da água, contando lendas sobre o “cumpadre”, firmando os pés em seu território, se reconhecendo como seus pais se reconheciam? Será que – como o rio São Francisco – irão resistir? (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

“O preço da água”

A água é associada ao sentido de algo “caro e perigoso”. Ao contextualizar o leitor acerca da situação encontrada, a narradora explica que os moradores da região Norte do Brasil precisam administrar o pouco dinheiro para poder comprar comida e pagar a conta de energia. Explicitamente, expressa o juízo de valor fazendo uso de metáfora. “A saída é gerenciar a economia doméstica, em uma eterna corda bamba, que onera sobretudo as crianças” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

De modo estratégico, a fala de uma das representantes do “outro lado” da narrativa vem apresentar um distinto ponto de vista, contribuindo ainda mais para a construção do sentido da personagem anti-herói.

Não há no Pará uma agência reguladora que discuta com a prefeitura e com a população os valores. Eu, daqui, tenho que garantir que minha empresa continue funcionando. Somos uma companhia privada e visamos ao lucro. Não adianta ser hipócrita”, diz uma das engenheiras da empresa, que teve a identidade preservada. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narração em primeira pessoa do singular expõe a pretensão do locutor de provocar uma sensibilização em relação ao leitor/interlocutor.

A notícia da chegada de duas pessoas de São Paulo correu depressa na zona rural do pequeno município de São João do Araguaia. Famílias inteiras saíam de suas casas de madeira, ultrapassavam o quintal de terra batida e esperavam junto às cercas de madeira ou arame farpado,

em um modelo de construção quase padronizado no local. Nas mãos, tinham as contas de água dos últimos meses, anexas aos avisos de corte do abastecimento. No rosto, uma clara esperança de resolver o problema que tira o sono – e sustento – de crianças e adultos da cidade: o valor a ser pago pela água. “Não... Nós não somos da Odebrecht. Eu sou repórter e ele é fotógrafo.” A apresentação decepcionava aqueles que aguardavam uma resposta para o problema. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A dramatização continua ao trazer para o texto um senso de justiça ou indignação como se a narradora se revestisse da função de fonte. “Quem não consegue bancar o preço da água recorre a fontes alternativas, e pouco seguras, como os rios da bacia amazônica e poços artesianos – onde muitas vezes a água, mal armazenada e sem tratamento, oferece riscos pela presença de micro-organismos nocivos à saúde” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

“Hoje não tem água nem aula”

Este texto se refere à falta d’água devido ao racionamento do seu abastecimento na região Sudeste nos anos 2014 e 2015. O título resume as reclamações de alunos, mães, avós ou especialistas inseridas na reportagem. Inclusive, essas vozes surgem no primeiro parágrafo do texto: “Tem dias que eles são dispensados. A gente mal é avisado se vai ter reposição depois ou se ficarão com falta. Os dois reclamam do fedor no banheiro e contam que às vezes a professora pede para segurar o xixi. Não é um absurdo?” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Como observado na descrição de algumas reportagens anteriormente, há casos em que o narrador utiliza os dêiticos a fim de promover a referencialidade e provocar a aproximação do real e “veracidade” jornalística. No exemplo a seguir, tem-se o dêitico espaço temporal: “Era final de junho, última semana antes das férias, e elas tinham uma reclamação na ponta da língua: a falta de água constante na escola” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

No segundo parágrafo da referida reportagem, observa-se o uso do adjetivo

“inadequado” associado à fala de uma profissional especialista no assunto. Essa personagem possui uma função argumentativa, segundo Motta (2013), que contribui para tornar a versão da história verídica.

A escola adotou medidas emergenciais, como pedir que os alunos tragam garrafinhas de água potável e servir a merenda seca, ou seja, composta de alimentos que não precisam ser cozidos, como biscoitos ou bolos prontos. Inadequada à saúde e ao desenvolvimento das crianças conforme explica a nutricionista Lígia Henriques: “Há risco de constipação intestinal e obesidade e desnutrição, pois são alimentos pobres nos nutrientes necessários na infância”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015)

A narradora também desenvolve um senso de justiça no texto, expressando indignação. “O poder público tem como obrigação legal garantir o abastecimento das escolas e impedir qualquer prejuízo aos alunos, como a perda de aulas, além de afirmar a prioridade do direito das crianças estabelecida pela Constituição” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

No segundo parágrafo desenvolve uma função testemunhal, como se tivesse observando aquela realidade e tivesse autoridade suficiente para descrevê-la, além de usar novamente os dêiticos espaço-temporais: “A 15 quilômetros dali, Viviane* (nome fictício) dá aulas de História na E.E. Dona Genoefa d’Aquino Pacitti, no Jardim Palmira, entre Guarulhos e São Paulo. Desde o começo do ano, as torneiras secam dia sim e dia não” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Dando continuidade ao relato com ênfase subjetiva, apropria-se do termo triste para descrever o panorama hídrico paulista que tem afetado diretamente as crianças. “O triste cenário de escassez de água e precariedade de recursos para resolver o problema se repete em escolas de outras regiões da capital e de vários municípios paulistas” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

“Ilha dos Marinheiros: à margem de Porto Alegre”

Esta reportagem se desenvolve no intuito de sensibilizar os leitores, ao descrever personagens apresentando seus sonhos ou projetos de futuro. “Kainã quer ser médico. Diuly tem vontade de ser bailarina. Gabriel pensa em ser policial. Zilá quer ter um *pet shop*. Ketlyn tem sonhos de modelo. Juntos, eles são artistas, músicos, cantores e até recitam poema” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Além da dramatização muito nítida nesta reportagem, há traços da subjetividade, a exemplo do advérbio “infelizmente”. “Maria Eduarda Trindade, de apenas 3 anos, já segue os passos da irmã. Queria vestido rodado na festa junina para a dança ficar mais bonita. Infelizmente, ela também começa a sofrer com as doenças respiratórias” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

“Caminhões-pipa no Ceará entregam água imprópria à população”

O texto começa com a dramatização da seca no Ceará, dando ênfase a fala de uma das personagens da matéria. Em seguida, os narradores a descreve de modo subjetivo, mais uma vez, inserindo dêiticos espaço-temporais. “Olhos verdes, mãos grossas e pele castigada do sol, ele se lembra com tristeza das secas que ultrapassou. Hoje, debaixo dos juazeiros e ao lado dos dois cachorros, da esposa e de uma das filhas, Manoel observa os dias, ele tenta driblar o quarto ano de estiagem” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Chama atenção também a frase afirmativa dos repórteres, que, ao incorporar o papel de fonte, atribui efeito de sentido real a narrativa. “Os carros-pipa são um sistema alternativo de abastecimento coletivo e funcionam desde 2012, como política emergencial dos governos estadual e federal. Porém, nunca houve nenhum investimento para tratar essa água” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

Resultados e discussão

Os narradores utilizam dados, leis e links para desenvolver o aspecto verídico, um efeito de real à reportagem. Em todas as narrativas analisadas percebemos o uso de links que direcionam o leitor para documentos que comprovam o que o repórter está observando, sejam leis sancionadas, tabelas com números divulgados em sites dos próprios “anti-heróis” das narrativas, trechos de teses ou dissertações, ou reportagens em outros sites de notícias; ao todo são 42 links. Outro recurso percebido que desenvolve o efeito de real é a imagem: contabilizamos 32 em todo o *corpus* de análise, além de quatro vídeos, dois gráficos e um mapa. “O abundante uso de números e estatísticas nas narrativas jornalísticas confere também precisão ao relato (idade, quantias, volumes, porções, dimensões, etc.). São, igualmente, estratégias de linguagem cujo objetivo é repassar uma ideia de rigor, veracidade” (MOTTA, 2013, p. 202).

Nas personagens, é possível identificar os heróis, os anti-heróis e aqueles que participam da narrativa para dissimular a mediação, são as fontes-personagens, representantes de empresas ou governos; e especialistas, os quais conferem autoridade para falar sobre o assunto tratado no texto. Conforme ressaltamos anteriormente, o uso dessas falas de forma hierárquica diz muito sobre as estratégias argumentativas do narrador. Os trechos das falas escolhidos nos momentos da edição não são objetivos, são subjetivos. O espaço desigual das vozes inseridas no texto também é subjetivo.

É pertinente ainda destacar outros aspectos que expressam a subjetividade do narrador, a exemplo dos dêiticos espaço-temporais, figuras de linguagem, dos advérbios, dos adjetivos e da construção da narrativa em primeira pessoa, seja do singular ou do plural. Todas essas pistas expressam o efeito de sentido desejado por quem narra, de modo consciente ou inconsciente.

Outro aspecto presente nas narrativas analisadas é a dramatização. Todas elas falam da mesma temática “Criança e água”, sendo que cada uma trabalha

com

uma
dete

rmi

nad

a

pers

pect

iva

dess

e

assu

nto.

O

que

elas

têm

em

com

um?

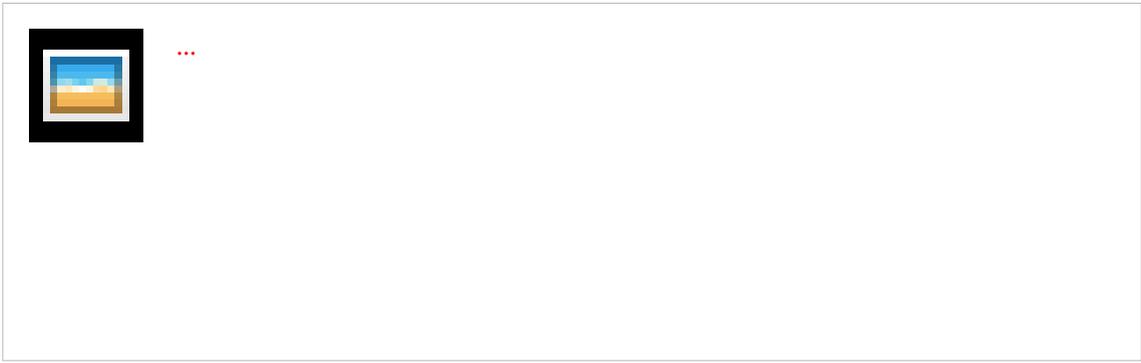
A

sens

ibili

zaçã

o ao



relatar os casos, procurando expor as histórias de pessoas envolvidas nas narrativas, o que gera sentimentos como indignação, identificação, emoção, entre outros.

Conclusão

A Agência Pública usa recursos quantitativos e imagéticos, a exemplo de dados, gráficos, fotografias, vídeos, entre outros, para gerar o efeito de sentido almejado e, assim, influenciar seu leitor/interlocutor. Esses recursos são usados pelo jornalismo em geral, eles conferem veracidade e alimentam o discurso de uma imparcialidade possível. Todavia, esse é um discurso estratégico que exerce um poder de camuflar a narração. No veículo analisado, apesar de haver um esforço para “comprovar” tal realidade por meios de diferentes dados, observamos um maior desprendimento em relação ao uso de uma escrita rígida e impessoal, dando lugar a um texto mais subjetivo, ao fazer uso de adjetivos e recursos para sensibilizar o interlocutor acerca daquilo que é importante para as diversas demandas sociais.

Como foi colocado na revisão de literatura, os enquadramentos são inerentes ao ser humano. Não há um só povo que não se utilize de uma perspectiva para contar os fatos, não se aproprie da narração, já diria Barthes (2011). Entretanto, esses quadros narrativos podem, muitas vezes, fingir ser a própria realidade e, assim, servir a grupos hegemônicos que “vendem” uma ideia de verdade e, propositalmente, excluem do cenário vozes contrárias aos seus posicionamentos. No caso da Agência Pública, consideramos que esta serve a um público sedento por espaço no debate, justificando seu texto com traços de subjetividade mais explícito, contendo indignação, poesia, denúncia, entre outros.

Nesse trabalho, o modelo de análise pragmática proposto por Motta (2013) trouxe contribuições importantes para execução da pesquisa com foco na narrativa. Consideramos pertinente esse tipo de estudo por ser capaz de diagnosticar o jogo da encenação dramática no jornalismo, o qual constrói a *persona* das personagens e

direciona a perspectiva dos interlocutores. Ressaltamos, no entanto, que a construção da narrativa termina no interlocutor. Pela compreensão da narrativa é ele o responsável.

A partir da narrativa, como ressalta Luiz Gonzaga Motta (2013), é possível discutir o espaço social e o jogo do poder simbólico, a luz de Bourdieu, ou ainda entender os limites e as possibilidades da ação comunicativa no mundo da vida, evidenciando de forma significativa como a produção do webjornalismo realizado através de financiamento próprio pode representar um considerável esforço contra-hegemônico.

Referências

BERGER, P. I., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CANAVILHA, João. Do *gatekeeping* ao *gatewacher*: o papel das redes sociais

no

ecossistema midiático. In: Congresso Internacional Comunicación 3.0, Universidade de Salamanca, II, Salamanca, 2010. Anais... 2010. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

DONINI, Marcela. **A vaquinha não foi pro brejo: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo**. Porto Alegre: Farol, 2014.

ESTEVES, João Pissara. **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 6ª ed. Rio e Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia.** São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

TRASEL, Marcelo. Prefácio. In: DONINI, Marcela. **A vaquinha não foi pro brejo: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo.** Porto Alegre: Farol, 2014.

SÀDABA, Teresa. Origen, aplicacion e limites de la “teoria del encuadre”. **Comunicación y Sociedad.** V. XIV, n. 2, p. 143-175, Pamplona, 2001.